



# Mercado financeiro reduz previsões para inflação e câmbio

## SP regulamenta fornecimento de cannabis medicinal pelo SUS

Página 2

## Petrobras anuncia redução de R\$ 0,30 no preço do diesel

Página 3

O mercado financeiro reduziu pela terceira semana consecutiva a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país. De acordo com o Boletim Focus divulgado na terça-feira (26), o ano fechará com uma inflação de 4,46%. Há uma semana ele estava em 4,49%.

O boletim é divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), apresentando as expectativas das instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

A expectativa de redução da inflação abrange também o ano de 2024. Segundo o boletim, o ano que vem terminará com uma inflação de 3,91%. Há uma semana a expectativa estava em 3,93%.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. **Página 3**

## PRF contabiliza 90 mortes em rodovias federais no feriado de Natal

As rodovias federais brasileiras registraram aumento nos números de acidentes, de feridos e de mortes durante o feriado de Natal de 2023, na comparação com o ano anterior. O número de acidentes graves registrados durante a Operação Natal, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), teve queda.

Segundo o balanço divulgado na terça-feira (26), 90 pessoas morreram nas estradas federais entre os dias 22 e 25 de dezembro de 2023. Em 2022, a Operação Natal registrou 79 mortes.

O total de feridos aumentou de 1.020 para 1.030, na comparação entre os dois anos. Aumentou também o número de acidentes: foram 853 em 2022 e 891 em 2023, durante o período. Já o número de acidentes graves caiu de 258 para 233.

Segundo a PRF, as ações da Operação Natal 2023 foram direcionadas principalmente à "conscientização dos cidadãos quanto à importância da presença e da plena funcionalidade dos itens obrigatórios de segurança".

Durante os quatro dias de operação, 3.550 motoristas e passageiros foram flagrados por não usar o cinto de segurança, o que é considerado infração de natureza grave. O número é 20% superior ao registrado no mesmo período de 2022.

A PRF flagrou 5.940 condutores fazendo ultrapassagens em locais proibidos e registrou 25.658 veículos transitando em velocidade superior ao limite da via. Ao todo, 1.106 motoristas foram autuados por dirigirem sob efeito de álcool ou por se recusarem a fazer o teste de bafômetro, que foi aplicado em mais de 26 mil motoristas. Outra infração recorrente foi a de transporte de crianças sem uso de cadeirinhas (668 notificações).

"A inspeção sobre a ausência ou não utilização dos elementos de segurança se dá não apenas pela obrigatoriedade destes itens, mas por configurarem condutas que podem agravar as consequências dos sinistros de trânsito. Já as situações de desrespeito à sinalização e de imprudência na direção são, em parte dos casos, causadoras destes acidentes", explicou a PRF.

O reforço do policiamento nas estradas resultou na recuperação de 59 veículos com restrição de furto ou roubo, além da apreensão de 11 armas, 149 munições e de 7,6 toneladas de maconha e 236 quilos de cocaína. A PRF informou que 421 pessoas foram detidas. (Agência Brasil)

## Desmatamento na Amazônia registra maior queda do ano em novembro



Foto/Polícia Federal

Página 6

## Autoridades preparam esquema de segurança para ato em 8 de janeiro

Página 3

## Disputa sobre Marco Temporal colocou Congresso e STF em lados opostos

Em um ano de seca na Amazônia, temperaturas extremas, fome e desnutrição de populações indígenas, o Brasil discute a redução das demarcações das terras indígenas. A tese do mar-

co temporal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda assim, deputados e senadores a aprovaram no Congresso Nacional. **Página 6**

## Governador de São Paulo sanciona lei da modernização administrativa

Página 2

### Esporte

# Moto1000GP divulga calendário oficial da temporada 2024

O Moto1000GP confirmou as datas e os locais das provas para a temporada de 2024. Com início programado para abril em Goiânia (GO), o calendário de eventos prevê a realização das provas em autódromos do Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, totalizando oito etapas em cinco pistas distintas.

Além da expansão no número de etapas, que já foi anunciada pela organização em novembro, a grande novidade para o próximo ano é a inclusão de São Paulo (SP) e Santa Cruz do Sul (RS) no calendário. O Moto1000GP terá provas em três diferentes regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Gilson Scudeler, CEO do campeonato, detalhou o processo de seleção dos locais. "A escolha dos locais de prova foi

baseada, em primeiro lugar, na segurança. Em seguida, consideramos aspectos comerciais e ajustamos de acordo com as praças disponíveis. Compreendemos que o ideal seria uma etapa em cada pista, mas a realidade atual de alguns autódromos, como Campo Grande e Brasília, não nos permite essa opção para 2024", explicou.

Quanto ao Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul, que requer ajustes na pista, a organização do Moto1000GP tomará uma decisão conforme o andamento do processo de reforma. "Há um grande desejo e expectativa pela realização dessa etapa. Estamos mantendo-a no calendário e acompanhando a abertura de licitações e o cronograma das obras", destacou Scudeler. Santa Cruz do Sul é a única praça com chance de alteração no calendário, tendo Casca-



Foto/ Velocidade Cascavel

Cascavel receberá o Brasileiro de Motovelocidade em agosto

vel, no Paraná, como opção para realização da etapa. "Consideramos também as condições climáticas prováveis e planejamos as datas das etapas visando aumentar a probabilidade de termos boas condições me-

teorológicas durante o fim de semana de cada etapa. Todos esses elementos são levados em conta para garantir o conforto e aprimorar a experiência do público, incentivando cada vez mais o acompanhamento das corridas do

Moto1000GP", concluiu o CEO. O Moto1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Nacional do Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM).

### MOTO1000GP - CALENDÁRIO DE EVENTOS DE 2024

1ª Etapa - 27 e 28 de abril: Goiânia (GO); 2ª Etapa - 25 e 26 de maio: Curvelo (MG); 3ª Etapa - 29 e 30 de junho: São Paulo - Interlagos (SP); 4ª Etapa - 13 e 14 de julho: Goiânia (GO); 5ª Etapa - 17 e 18 de agosto: Cascavel (PR); 6ª Etapa - 14 e 15 de setembro: Curvelo (MG); 7ª Etapa - 19 e 20 de outubro: Santa Cruz do Sul (RS) OU Cascavel (PR); 8ª Etapa - 09 e 10 de novembro: Goiânia (GO).

## Luisa Stefani embarca para iniciar a temporada na Austrália e define equipe técnica

Luisa Stefani, número 18 do mundo, finalizou a pré-temporada e embarcou no sábado (23), para Brisbane, na Austrália, para iniciar o novo ano. A paulistana terá alguns dias de adaptação para começar 2024 a partir do dia 1º de janeiro, no WTA 500 de Brisbane, na Austrália, ao lado da carioca Ingrid Martins. Já no dia 8 estará no WTA 500 de Adelaide e na sequência, no dia 14, no Australian Open, primeiro Grand Slam da temporada. Nestes dois eventos ela formará parceria

com a holandesa Demi Schuurs, ex-top 7 e atual 19ª colocada do ranking.

"Ótima pré-temporada, passei as primeiras semanas em São Paulo muito focada em melhorar a parte física e os últimos dias por aqui na Boa Vista em situações de jogo específicas, muita rede, posicionamento e com um astral super positivo para começar 2024 firme", destaca a atleta que é patrocinada pelo Banco BRB, pela Fila, Parmalat Whey Fit e que conta com os apoios da Engie CBT, Liga Tênis 10, Bolsa Atleta,

Head, JFL Living e Rede Tênis Brasil.

"O Gui (Pachane) liderou a pré-temporada e vai continuar liderando a equipe como técnico principal e contamos com a mentoria do Hugo Daibert e do Bruno Soares para entrarem na equipe e darem essa força e experiência que eles têm no mundo das duplas, na carreira, na gestão e planejamento. Os dois são pessoas que admiro muito e sempre me ajudaram na minha trajetória. Então estou super feliz que eles toparam fazer parte desse processo e es-

tarem com a gente nesse próximo ano", explica.

Fazendo história no tênis - A paulistana Luisa Stefani, 26 anos, conquistou ao lado da parceira Laura Pigossi, a inédita medalha de bronze nas Duplas Femininas nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2021. Outra grande conquista foi o título de Duplas Mistas no Australian Open, em 2023, a primeira dupla de brasileiros a vencer um Grand Slam, ao lado de Rafael Matos.

Durante a semifinal do Us Open 2021, Luisa sofreu uma gra-

ve lesão no joelho, passou por cirurgia e se afastou do circuito profissional. No retorno, após um ano de recuperação, conquistou vários títulos: WTA 500 de Berlim (Caroline Garcia, 2023), WTA 500 de Abu Dhabi (Shuai Zhang, 2023); WTA 500 de Adelaide, na Austrália (Taylor Townsend, 2023); WTA 125 de Montevidéu, no Uruguai (Ingrid Martins, 2022); WTA 1000 de Guadalajara, no México (Storm Hunter, 2022); WTA 250 de Chennai, na Índia (Gabriela Dabrowsky, 2022).

# SP regulamentada fornecimento de cannabis medicinal pelo SUS

## Resultados da pré-matrícula para 2024 já estão disponíveis

Os alunos da rede estadual de ensino podem conferir o resultado da primeira etapa de matrícula para o ano letivo de 2024. O resultado para os mais de 3 milhões de estudantes está disponível online, no portal da Secretaria Escolar Digital e diretamente nas unidades de ensino.

Os estudantes que cursarão a 2ª série do Ensino Médio a partir de 2024 e que optaram, entre os itinerários formativos, pelo Ensino Médio Técnico, também já têm à disposição o resultado dessa escolha.

Acessando a Secretaria Escolar Digital, os estudantes e familiares podem conferir o nome da escola e o período de aulas. Os alunos que não têm acesso à Secretaria Escolar Digital podem se dirigir à unidade de ensino mais próxima de sua residência para consultar o resultado da pré-matrícula.

“Se você é estudante ou

conhece alguém que está fora da rede estadual de ensino, a inscrição pode ser feita em qualquer unidade de ensino. Essa etapa está aberta desde o dia 12 de dezembro. Todos os alunos têm vaga garantida na rede estadual de ensino”, afirma Cristiane Araujo, da equipe do Centro de Matrículas da Secretaria da Educação.

Para efetuar a matrícula, o responsável legal ou maior de 18 anos pode realizar a inscrição presencialmente em qualquer escola estadual ou no balcão de atendimento do Poup-tempo, apresentando RG, histórico escolar e comprovante de residência.

Estudantes já matriculados na rede estadual que estão interessados em mudar de escola no ano que vem podem pedir a transferência entre os dias 3 e 8 de janeiro de 2024. No próximo ano, as aulas começam no dia 15 de fevereiro.

## Governador sanciona lei da modernização administrativa

O governador Tarcísio de Freitas sancionou o projeto de lei complementar 138/2023, que trata da primeira fase da modernização operacional do Governo de São Paulo. O texto havia sido aprovado no último dia 12 na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por 60 votos a favor e 18 contrários. O objetivo da iniciativa, que alcança somente a administração direta e as autarquias, não se aplicando às fundações e empresas, é simplificar a legislação sobre gestão de pessoas, tornando a atuação no serviço público mais atrativa.

“Para que uma gestão pública seja mais eficiente e capaz de fazer a diferença de forma mais rápida na vida das pessoas, é preciso modernizar a estrutura de cargos, tornando a governança mais enxuta e simplificada. São Paulo passa a contar com uma regulamentação única para as funções de coordenação e chefia, o que garante mais transparência nas nomeações, evita desperdícios na alocação orçamentária e também estimula os servidores de carreira a pleitear funções estratégicas de comando na gestão estadual”, disse Tarcísio.

A administração paulista era regida por 12 leis, que apresentavam 207 níveis de cargos em comissão e 175 remunerações distintas. Esta pulverização de leis instituídas nos últimos anos ocasionava diferenças salariais entre cargos idênticos, desestimulava o exercício de cargos em comissão e provocava disputa entre os órgãos pela retenção de servidores.

Com a modernização sancionada nesta terça, uma única legislação, mais organizada e simplificada, vai conduzir as regras para os comissionados e tornará a gestão pública mais transparente, uma vez que facilita o entendimento das regras.

A nova norma estabelece a

unificação e padronização de nomenclaturas e salários em apenas 18 níveis de cargos e salários para todos os comissionados – e não mais nos 207 anteriores.

“Os benefícios da modernização da estrutura operacional do governo serão percebidos em todos os setores. Será uma mudança cultural e organizacional do setor público. É o fim das distorções”, afirmou o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima.

Nesta primeira fase da modernização operacional, os cargos em comissão e as funções de confiança foram reorganizados, com uma redução de aproximadamente 20% das atuais 26.991 vagas. Com a nova lei, a expectativa ao longo dos próximos 12 meses é que 17.282 cargos sejam efetivamente utilizados.

Nessa nova configuração, a divisão de ocupações será da seguinte forma: 14.071 cargos em comissão, com a exigência de que ao menos 20% destes sejam ocupados privativamente por servidores, e 7.524 funções de confiança, cuja ocupação se daria exclusivamente por servidores públicos de carreira.

O servidor poderá optar por receber o valor do cargo em comissão ou seu salário de origem acrescido de 60% da remuneração comissionada. Para fins comparativos, o modelo vigente até então determinava que o servidor fizesse a opção de permanecer com o seu salário de origem ou o valor do cargo em comissão.

Elaborado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital e entregue à Alesp pela Secretaria de Casa Civil, o projeto de lei complementar 138/2023 se baseou nas referências de boas práticas de gestão adotadas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O governo de São Paulo regulamentou a Lei 17.618, que dispõe sobre a política estadual de fornecimento gratuito de remédios à base de cannabis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. O decreto de regulamentação, publicado na terça-feira (26) no Diário Oficial, define que a execução dessa política é atribuição da Secretaria de Estado da Saúde.

O fornecimento dos remédios e produtos à base de canna-

bis ocorrerá por meio de solicitação do paciente ou de seu representante legal, sujeita à avaliação da pasta. A secretaria de saúde receberá e analisará as solicitações com indicação terapêutica em caráter ambulatorial e acompanhadas de documentos e receitas preenchidos e assinados por médico.

Quando deferida a solicitação, o fornecimento dos produtos será feito pelo período máximo de

seis meses, a contar da data da primeira dispensação. A solicitação deferida poderá ser renovada mediante reapresentação e atualização da documentação.

Durante o tratamento, a secretaria poderá exigir exames e relatórios médicos complementares, assim como avaliação do paciente, por meio presencial ou virtual, com médico indicado pela pasta.

É vedada a doação, emprés-

timo, repasse, comercialização ou oferta a terceiros dos medicamentos e produtos à base de cannabis fornecidos ao paciente ou ao seu representante legal.

O fornecimento dos medicamentos poderá ainda ser interrompido se, por meio de avaliação técnica, for demonstrado “o comprometimento da eficácia do tratamento ou da segurança do paciente”, conforme descreve o decreto. (Agência Brasil)

## Governo recupera, amplia e constrói cerca de 6,4 mil km de estradas em 2023

O Governo de São Paulo realizou mais de 850 obras de ampliação, melhoria e recuperação de rodovias, vicinais e estradas rurais em 2023. Ao todo, são 6,4 mil quilômetros de vias impactadas, o que equivale aproximadamente à distância entre a capital paulista e a cidade de Quito, no Equador.

O investimento total nas intervenções foi de R\$ 6,2 bilhões. Somente o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, executou 290 obras ao longo do ano em rodovias e vicinais, gerando 12 mil empregos diretos e outros 35,8 mil indiretos.

“Estamos investindo não apenas na melhoria da infraestrutura, mas em pontos das rodovias com demandas mais urgentes para a população. Uma via reestruturada diminui acidentes, garante melhores condições de

segurança, além de estimular o escoamento da produção agrícola, entre outros benefícios”, afirma a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

As vias passaram por serviços de recuperação da pista, pavimentação, implantação de sinalização, perenização, melhorias nos traçados e implantação de sinalização horizontal.

“O compromisso do DER é melhorar a qualidade da mobilidade de pessoas e a segurança. Estas intervenções reforçam o papel de uma gestão pública estruturante, focada em avanços na malha logística e nas condições de circulação de bens e pessoas”, completa a secretária.

Além disso, rodovias estaduais também receberam serviços de recuperação emergenciais da pista, adequação de sistema de drenagem, proteção e reforço de

talude e reabilitação de sinalização horizontal.

A região norte do estado foi uma das que se beneficiaram com as obras. Os motoristas já podem visualizar os frutos do aporte de R\$ 51 milhões nas vicinais na região de Barretos, que beneficia diretamente mais de 128 mil pessoas e promove o transporte de cultivos da agricultura familiar, produções de cana-de-açúcar e laranja, além de simplificar o acesso ao Hospital do Câncer.

Além das obras em rodovias estaduais e em vicinais, quase 850 km de rodovias e acessos concedidos e que têm supervisão da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) receberam intervenções.

Uma das vias que receberam melhoria foi a rodovia Anhangüera (SP-330), que ganhou uma

faixa adicional na pista sul entre os quilômetros 21 e 23, em São Paulo. Somente nesta obra, realizada pela concessionária responsável e supervisionada pela Artesp, foram mais de R\$19 milhões investidos.

“Esta faixa é muito necessária para desafogar o trânsito e contribuir com a fluidez do tráfego na região. Ela também oferece melhores serviços aos usuários, proporcionando segurança e conforto a todos que circulam pelo local”, explica Milton Persoli, diretor geral da Artesp.

Já a Secretaria de Agricultura e Abastecimento realizou neste ano 492 obras em mais de 1,8 mil quilômetros de estradas rurais, beneficiando as regiões de Araçatuba, Bauru, Baixada Santista, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

## SP investe R\$ 272 mi em obras e beneficia cerca de 200 destinos turísticos

O setor do turismo paulista avançou no interior e agora projeta São Paulo como o maior destino de lazer do Brasil, fechando 2023 com um alto número de obras entregues e de fluxo de turistas: foram 107 inaugurações em todas as regiões do estado, ou seja, uma média de entrega de oito obras por mês, a maior parte delas (80%) em municípios do interior, e mais de 46 milhões de visitantes no ano, segundo o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), ligado à Secretaria de Turismo e Viagens de SP (Setur-SP).

Ao todo, os investimentos nas entregas foram de R\$ 271,6 milhões, beneficiando cerca de 200 destinos, entre Municípios de Interesse Turístico (MITs) e Estâncias Turísticas.

São obras como a requalificação do Museu do Folclore, em Olímpia, e a fonte romana, em Serra Negra, que aumentaram o fluxo de visitantes em cerca de 20% em cada um dos municípios, de acordo com as prefeituras.

“São Paulo se coloca cada vez

mais como opção de lazer pelos atrativos de qualidade, natureza preservada e diversidade de gastronomia”, afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens do Estado.

**CrediturSP disponibiliza R\$ 4 bilhões**

Em maio deste ano, o Turismo de SP desafiou um dos principais gargalos para o avanço do lazer no Estado: o crédito turístico, e lançou o maior programa estadual de incentivo ao setor: o CrediturSP (“smartCard-inline”), com o objetivo de oferecer apoio para gerar mais empregos e renda.

São R\$ 4 bilhões em recursos disponíveis para estruturar e impulsionar o turismo no Estado. São linhas sob medida e um fator decisivo: consultoria gratuita para ajudar o empreendedor a identificar a linha mais adequada ao seu modelo de negócio.

“O turismo vem crescendo em São Paulo e já responde por uma parcela importante do PIB. Além disso, o CrediturSP é o maior programa de crédito voltado para o turismo da nossa história, é um

trabalho que vai render muitos frutos, vamos trazer cada vez mais gente para o nosso estado de São Paulo”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A costureira Márcia França, de Apiaí, no Vale do Ribeira, é uma das beneficiadas do crédito turístico de SP. Após fechar sua loja de produtos artesanais na pandemia, conseguiu um empréstimo para reformar a fachada e adquirir uma nova máquina de costura. “Pude continuar com o meu sonho em um momento em que eu não tinha recursos”, disse.

O CrediturSP conta com a parceria de dez instituições financeiras, oferece taxas a partir de 0,33% ao mês, carência de até três anos e amortização de 36 a 120 meses. Desde que o programa foi lançado, em outubro, a Setur-SP recebeu propostas de crédito de todas as regiões do Estado, de pequenos empreendedores a grandes empresários, com pedidos que somam mais de R\$ 150 milhões.

**Sabor de SP**

Neste ano, a Setur-SP lan-

çou o maior programa de valorização da gastronomia do país, o Sabor de SP (<https://www.spratodos.com.br/sabor-desapoaulo>), (“smartCard-inline”) que oferece ao público a oportunidade de experimentar, gratuitamente, um festival de comidas típicas.

A gastronomia movimentada cerca de R\$ 250 milhões por ano no país, segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, tendo se tornado a principal motivação das viagens de lazer no mundo, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT).

O programa já desembarcou em sete cidades paulistas, recebeu mais de 5 mil visitantes, capacitou 560 profissionais do setor e gerou um impacto direto em 200 municípios paulistas.

A promoção da culinária regional e dos produtores regionais é um dos eixos previstos no Plano Estratégico Turismo SP 2030 para elevar o desenvolvimento sustentável do interior de São Paulo.

## Governo de SP lança campanha de combate ao Greening, praga que atinge pomar de laranja

O Governo de São Paulo lançou uma campanha para conscientizar sobre a importância do combate ao Greening, praga que atinge plantações de laranja e de outros cítricos. A medida integra o conjunto de ações tomadas pela gestão estadual para o controle da doença, que é transmitida por um inseto e que representa uma ameaça à citricultura no Estado.

“O Governo do Estado pesquisa, investe e trabalha ao lado dos produtores na luta para controlar essa praga. Todos contra o Greening. Monitore, inspecione e erradique”, diz trecho da peça que passou a ser veiculada nesta semana.

São Paulo é um dos maiores produtores de laranja do mundo e o maior do país. Por isso, o controle do Greening é de extrema importância para o agronegócio paulista. Segundo o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), a citricultura paulista exporta US\$ 2 bilhões por ano. São cerca de 9,6 mil propriedades que geram 200 mil empregos no estado.

Em reunião realizada com técnicos da pasta, o governa-

dor Tarcísio de Freitas apontou que o controle da praga deve ser tratado como prioridade, com ações de curto, médio e longo prazo.

Em outubro, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), criou um canal direto para que a população, especialmente os produtores rurais, possa denunciar casos de “greening dos cítricos”. A medida pretende conter o avanço da doença denominada Huanglongbing (HLB).

O canal de denúncia tem como objetivo informar à Defesa Agropecuária a localização desses pomares de cítricos abandonados ou mal manejados, para que sejam colocadas em prática ações de educação e conscientização do produtor e, assim, adotadas as medidas necessárias para controle do Greening.

A existência desse tipo de pomar, sem controle do psilídeo (Diaphorina citri), que é o vetor da praga, ou sem erradicação de plantas até oito anos contaminadas com a doença, atua como

fonte de contaminação a outros pomares.

De acordo com a Portaria SDA/MAPA nº 317, de 21 de maio de 2021, e a Resolução SAA nº 88, de 08 de dezembro de 2021, em todos os pomares com plantas de cítricos é obrigatória a realização do controle eficiente do psilídeo.

Além do canal, o governo paulista também criou, no mês passado, o Comitê Estadual de Combate ao Greening. O grupo reúne cinco secretarias, além de produtores e representantes do setor da citricultura.

Oficializado por meio de decreto assinado pelo governador, o comitê pode propor políticas públicas, diretrizes, critérios e procedimentos para o controle da doença.

O colegiado é composto por representantes das secretarias de Agricultura e Abastecimento; de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; da Casa Civil; da Fazenda e Planejamento; e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Entre as atribuições do comitê, está a articulação entre o poder público e representantes

das cadeias produtivas, visando disseminar práticas, tecnologias e ações de controle e prevenção da praga.

Ainda na esteira das ações tomadas pelo governo paulista, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento intensificou as ações de combate ao comércio de mudas irregulares de cítricos. Nos dias 8 e 9 de novembro, foram retiradas de circulação 9 mil mudas de cítricos irregulares que estavam armazenadas em Herclândia, no oeste do Estado.

Na ocasião, foram feitas coletas de amostras para diagnóstico nas mudas, onde foi confirmada pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária a presença da bactéria Candidatus Liberibacter asiaticus, causadora do Greening. Foi identificada também a presença de Xanthomonas citri subsp. citri, bactéria que causa o Cancro Cítrico.

A legislação em vigor estabelece medidas de defesa sanitária vegetal para coibir o comércio ambulante de mudas em São Paulo em decorrência dos graves danos econômicos às lavouras e pomares comerciais que a prática ocasiona.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030  
Fone: 3258-1822  
Filial: Curitiba/PR

Jornalista Responsável  
Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

# Mercado financeiro reduz previsões para inflação e câmbio

O mercado financeiro reduziu pela terceira semana consecutiva a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país. De acordo com o Boletim Focus divulgado na terça-feira (26), o ano fechará com uma inflação de 4,46%. Há uma semana ele estava em 4,49%.

O boletim é divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), apresentando as expectativas das instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

A expectativa de redução da inflação abrange também o ano de 2024. Segundo o boletim, o ano que vem terminará com uma inflação de 3,91%. Há uma semana a expectativa estava em 3,93%.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

## Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Selic), já definida em 11,75% ao ano, para 2023, pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Há uma semana a previsão era de 9,25%. Para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,50%. A primeira reunião do Copom no ano que vem ocorrerá em 30 e 31 de janeiro.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, de agosto do ano passado a agosto deste ano, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central ti-

nha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

## PIB

A previsão do mercado para o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas produzidas no país) se manteve estável pela segunda sema-

na seguida, em 2,92% para 2023. Há quatro semanas a previsão era de que a economia cresceria 2,84% este ano.

Para 2024, o Boletim Focus projeta crescimento de 1,52%. Há uma semana a previsão do mercado estava em 1,51%; e há quatro semanas, em 1,50%. Já para os anos subsequentes, a previsão mantém-se estável, em 2% tanto para 2025 como para 2026.

## Câmbio

A expectativa de queda também para a cotação do dólar. A moeda norte-americana fechará 2023 em R\$ 4,90, segundo o mercado financeiro. É a quarta semana seguida de queda, de acordo com o boletim. Há uma semana, a projeção era de que o ano fecharia com uma cotação de R\$ 4,93; e há quatro semanas era projetada uma cotação de R\$5 para o final de 2023.

Para 2024, a expectativa é estável, na comparação com as duas últimas semanas, em R\$ 5. Já para os anos subsequentes (2025 e 2026), o mercado prevê cotações a R\$ 5,05 e R\$ 5,10, respectivamente. (Agencia Brasil)

## Petrobras anuncia redução de R\$ 0,30 no preço do diesel

O preço do litro do diesel vendido pela Petrobras às distribuidoras de combustíveis será reduzido em R\$ 0,30 a partir desta quarta-feira (27). O anúncio foi feito na terça-feira (26) pela estatal, que passará a cobrar R\$ 3,48 por litro. Os preços da gasolina e do gás de cozinha serão mantidos.

“O ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno frente à estratégia comercial da Petrobras, implementada em maio de 2023 em substituição à política de preços anterior, e que passou a incorporar parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação”, explicou a empresa por meio de comunicado à imprensa.

No ano, a redução do preço de venda de lucro da Petrobras para as distribuidoras é de

R\$ 1,01 por litro, o equivalente a 22,5%.

A Petrobras informou que, considerando a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, sua parcela no preço ao consumidor final terá uma redução de R\$ 0,26 por litro.

A cada litro pago na bomba, R\$ 3,06 são o preço da Petrobras, que calcula que o valor médio do diesel AS10 nas bombas poderá refletir entre R\$ 4,63 e R\$ 8,26 por litro, a depender do local de venda, considerando dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O valor que o consumidor paga nos postos de revenda é afetado também por outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e do próprio posto. (Agencia Brasil)

## MJ autoriza atuação da Força Nacional em área indígena no Maranhão

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego de parte do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública em ações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) nas áreas da União destinadas ao usufruto exclusivo de comunidades avá guajá, ka'apor e tembé do Maranhão.

Publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (26), a portaria ministerial 568 estabelece que a tropa federativa atuará nas atividades e serviços indispensáveis à preservação da ordem pública e segurança das pessoas nas terras indígenas Awá e Alto Turiaçu, no oeste maranhense.

A portaria prevê que os agentes da Força Nacional permaneçam na região por 90 dias a partir

de hoje, mas o prazo pode ser estendido conforme a necessidade, a pedido da Funai. Em 7 de agosto deste ano, o Ministério da Justiça e Segurança Pública já tinha autorizado que agentes da tropa federativa atuassem em conjunto com os servidores da Funai nas mesmas duas áreas indígenas, também por 90 dias, prazo que se encerrou em 4 de novembro.

## Ameaça

Segundo lideranças indígenas do Conselho de Gestão Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiaçu, e a própria Funai, há tempo a região onde ficam as duas áreas indígenas sofre com a pressão de garimpeiros, madeireiros, empresas mineradoras e criadores de gado que atuam ilegalmente. Para proteger as terras onde

vivem, os ka'apor mantêm os chamados ka'a Usak Ha tá, ou guardiões florestais, responsáveis pelo que as comunidades de Alto Turiaçu classificam como um “sistema de autodefesa”. Vários membros do grupo de segurança e lideranças ka'apor foram mortos nos últimos anos, entre eles Sarapó Ka'apor, de 45 anos, possivelmente envenenado, em maio de 2022, e Kwaxipurú Ka'apor, 32 anos, espancado até a morte, em agosto de 2020.

Além da ação indígena, a Funai afirma que realiza ações de vigilância sistemáticas na região, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. As medidas,

no entanto, “dependem de ações integradas a outros temas, como educação, saúde, direitos sociais e etnodesenvolvimento, conforme destacou a própria Funai, em março deste ano, quando a presidenta da fundação, Joenia Wapichana, se reuniu com representantes do Conselho de Gestão Ka'apor que vieram a Brasília pedir proteção territorial, entre outras coisas.

“Mesmo com as diversas ações de vigilância e monitoramento promovidas pela Funai em parceria com órgãos fiscalizados, a região ainda é vulnerável, com riscos de gradativa exaustão dos recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência desses povos”, admitiu a Funai, na ocasião. (Agencia Brasil)

## Família de vítima de covid deverá ser indenizada em R\$ 1,4 milhão

A Justiça Federal no Amazonas decidiu que os familiares de uma mulher que morreu durante a pandemia de covid-19 devem ser indenizados em R\$ 1,4 milhão. O pagamento da quantia deverá ser dividido entre os governos federal e estadual, além da prefeitura de Manaus, em função da falta de oxigênio na cidade, em 2021. Cabe recurso contra a decisão.

Leoneth Cavalcante de Santiago foi internada em janeiro de 2021 com sintomas críticos de covid. Em seguida, o quadro evoluiu para desconforto respiratório e ela precisaria ser internada em uma UTI, mas não havia vagas disponíveis. Sem oxigênio e sem vaga na UTI, Leoneth faleceu no dia 15 de janeiro. A família chegou a obter uma liminar da Justiça para garantir o tratamento intensivo, mas a decisão não chegou a ser cumprida em função do falecimento.

Na ação, os familiares de Leoneth alegaram que a morte ocorreu durante o colapso no forne-

cimento de oxigênio para o Amazonas, fato que também ocasionou diversos falecimentos de pacientes no estado. Eles também afirmaram que é obrigação dos governos garantirem os serviços essenciais para a assistência à saúde. Diante dos fatos, os familiares solicitaram o pagamento de indenização e a responsabilização dos governos federal, estadual e municipal pela morte.

Ao julgar o caso, a juíza Jaiza Maria Fraxe afirmou que houve omissão dos governos em abastecer adequadamente as unidades de saúde com oxigênio e garantir leitos de UTI e determinou o pagamento de R\$ 1,4 milhão de indenização.

“O desespero, a dor, a tristeza e a revolta experimentados pelo marido e pelos filhos ao saberem que sua esposa e mãe perdeu a vida asfixiada por falta de oxigênio e sem receber o atendimento necessário para salvar sua vida é evidente e refoge ao simples dissabor do dia a dia”, escreveu a juíza. (Agencia Brasil)

## Cappelli diz que prisão de Zinho abre investigações

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, disse na terça-feira (26) que a prisão do miliciano Luís Antônio da Silva Braga, mais conhecido como Zinho, não é o encerramento de um trabalho, mas o início de uma série de investigações para identificar conexões políticas e financeiras das organizações criminosas com as quais ele teve envolvimento.

Foragido desde 2018 e com 12 mandados de prisão, Zinho se entregou na noite de domingo (24) na Superintendência Regional da Polícia Federal (PF). O miliciano é apontado como “o maior chefe de milícia do Rio de Janeiro” e como o responsável pelos ataques em série que terminaram com mais de 30 ônibus incendiados na região metropolitana do Rio, em 23 de outubro.

“A prisão do líder de uma organização criminosa não encerra o trabalho. Ao contrário, abre novas possibilidades de investigação. Não adianta você prender um líder porque ele rapidamente é substituído. Nós temos de ir no coração das organizações criminosas, desmontando suas conexões políticas e financeiras para devolver a autoridade sobre o território ao Estado, ao povo do Brasil e do Rio de Janeiro”, disse Cappelli em Brasília, após reunião preparativa para o ato em prol da democracia, planejado para o dia 8 de janeiro de 2024.

Cappelli falou também sobre a possibilidade de o Ministério

da Justiça pagar recompensas em dinheiro a quem fornecer “informações relevantes” que conduzam à elucidação de crimes e à prisão de pessoas procuradas, constantes em uma lista a ser elaborada pelo Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

A medida está prevista na Portaria 570/2023, assinada no dia 21 de dezembro pelo ministro da Justiça, Flávio Dino. Ela prevê a possibilidade de pagamento de recompensas com valor entre R\$ 30 mil e R\$ 100 mil, levando em conta “diretrizes como gravidade do crime, grau de eficácia da informação para resolução do fato e prisão do procurado e risco efetivo ou potencial à vida e à integridade física do informante”.

Segundo o secretário, os valores pagos terão por base “critérios técnicos e parâmetros” definidos pelas autoridades, a partir das melhores práticas internacionais. “É um trabalho técnico e cuidadoso feito pelos nossos principais especialistas, que são os nossos policiais”.

Os recursos a serem utilizados ainda serão definidos. “Temos recursos públicos, temos o Fundo Nacional de Segurança Pública. Precisamos ver se tecnicamente isso é possível. O caminho existe quando há vontade ou decisão política. É uma questão técnica burocrática para encontrarmos o caminho para o pagamento dessas recompensas”, complementou. (Agencia Brasil)

## Petrobras faz concurso para nível técnico com salário de R\$ 5,8 mil

A Petrobras anunciou na terça-feira (26) um concurso público para cargos de nível técnico com 916 vagas e salário inicial mínimo de R\$ 5.878,82. Haverá ainda 5.496 vagas para cadastro de reserva.

As inscrições começam na próxima quinta-feira (28) e seguem até 31 de janeiro de 2024. A taxa de inscrição é de R\$ 62,79. A prova será realizada em 24 de março de 2024.

O concurso irá selecionar profissionais de nível técnico nas áreas de enfermagem do trabalho; inspeção de equipamentos e instalações; logística de transportes (controle); manutenção (caldearia, elétrica, instrumentação, mecânica); operação; operação de lastro; projetos, construção e montagem (edificações, elétrica, instrumentação, mecânica); química de petróleo; segu-

rança do trabalho; suprimento de bens e serviços (administração).

Não é exigida comprovação de experiência profissional. A quantidade de postos de trabalho, requisitos de formação, locais de prova e distribuição regional podem ser consultadas no edital.

O processo seletivo será organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção de Promoção de Eventos (Cebraspe) e terá validade de 18 meses, podendo ser prorrogado por igual período uma vez, a critério da Petrobras.

## Inclusão

Pela primeira vez, a empresa realiza um concurso público com 20% das vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD). A cota supera o limite mínimo de 5% que determina a lei. O certame reserva também 20% dos pos-

tos para negros, conforme determina a legislação.

De acordo com o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a reserva para pessoas com deficiência mostra comprometimento da empresa com a inclusão.

“Acreditamos que um corpo técnico diverso nos torna não só uma companhia mais justa, como também é um elemento fundamental para impulsionarmos a inovação, nos prepararmos para o futuro de baixo carbono e para a transição energética, incorporando novas visões de mundo”, disse Prates.

Os candidatos que forem contratados terão direito a benefícios específicos para pessoas com deficiência. Se estiverem em regime administrativo, por exemplo, podem optar por teletrabalho cinco dias por semana. Além disso, os que dependam de cuidados pro-

fissionais específicos recebem reembolso de auxílio cuidador.

A reserva de vagas para PCD acima do que determina a lei se soma a outras iniciativas de inclusão da Petrobras, como a meta de ter 25% de pessoas negras e 25% de mulheres em cargos de liderança até 2030.

Além da reserva de vagas, a Petrobras implementou outras ações nesse concurso para facilitar o acesso de pessoas com deficiência. Uma delas é o aumento da validade do laudo que atesta a deficiência para 36 meses – o prazo anterior era de 12 meses.

A pessoa com deficiência também poderá, de acordo com a sua necessidade, solicitar adaptações razoáveis e/ou fornecimento de tecnologias assistivas no dia das provas. O concurso tem com distribuição regional das lotações. (Agencia Brasil)

## Autoridades preparam esquema de segurança para ato em 8 de janeiro

Autoridades da área de segurança dos Três Poderes apresentarão, até o dia 4 de janeiro, um plano integrado de ações visando garantir o ato democrático previsto para o dia 8 de janeiro de 2024. O evento foi proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para marcar a vitória da democracia contra a tentativa golpe de Estado ocorrida na mesma data, um ano antes, por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, insatisfeitos com o resultado das eleições de 2022.

Para viabilizar a integração de forças e a troca de informações para o evento, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, se reuniu na terça-feira (26) com represen-

tes das polícias Federal e Rodoviária Federal, bem como do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Secretaria Nacional de Segurança Pública e de chefes de segurança do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Na quinta-feira da semana que vem (dia 4 de janeiro), a gente assina um plano de ações integradas, definindo o que cada um fará”, disse Cappelli ao deixar o Centro Integrado de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Segundo o secretário-executivo, o evento – que contará com a presença dos presidentes dos Três Poderes, bem como de governadores, parla-

mentares, representantes da sociedade civil, ministros e presidentes de tribunais de justiça estaduais e de assembleias legislativas, será “um ato de celebração democrática, com todas as autoridades do Brasil; e um momento de festa para celebrar a democracia revigorada após os atos inaceitáveis do dia 8 de janeiro de 2023”.

## Monitoramento

Para que tudo dê certo, Cappelli diz que um trabalho para monitorar “ameaças de ataques às instituições democráticas” vem sendo feito, mas que, até o momento, não há nada que gere maior preocupação. “Mas o trabalho preventivo, de prontidão e de monitoramento é fundamental para que tudo corra

bem”, complementou.

O secretário reiterou que manifestações contrárias ou a favor do governo são “sempre bem-vindas e absolutamente naturais”, uma vez que o Brasil é um país livre e democrático, mas que PRF e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estarão, até o dia 8, monitorando “qualquer movimentação atípica relacionada a atos que ameacem os poderes”.

“Volto a dizer: o Brasil é um país livre democrático. As manifestações são sempre bem-vindas e próprias da democracia. O que vamos monitorar são iniciativas que atentem contra os poderes constituídos”, enfatizou o secretário. (Agencia Brasil)



## Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/ME nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 3530059361

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03 de Janeiro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos 03 de janeiro de 2023, às 14:00 horas, na sede social da Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004.

**2. Convocação e Presença:** Conforme disposto no artigo 124, e no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), o edital de primeira convocação foi publicado no "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2022, nas páginas 04, 07 e 09, respectivamente, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2022, nas páginas 01, 03 e 05, respectivamente; o edital de segunda convocação foi publicado no "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2022, nas páginas 05, 04 e 04, respectivamente, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2022, nas páginas 04, 05 e 01, respectivamente. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia Geral Extraordinária foi instalada, em segunda convocação, em 03 de janeiro de 2023, com a presença de acionistas detentores de ações representando 79,52% (setenta e nove, vírgula cinquenta e dois por cento) do capital social da Companhia, conforme registro de presença constante do Anexo I desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Victória Vasconcelos Rimbank; Secretário: Maurício Negri Machado Paschoal. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) examinar, discutir e votar a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de até 2.000.000,00 (dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem integralizadas mediante pagamento à vista e em moeda corrente nacional, no momento da subscrição; (ii) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação do item da ordem do dia acima; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados à matéria acima. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram por: (i) **Aprovar** a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 2.000.000,00 (dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 0,01 (um centavo) por ação ("Aumento de Capital"). (1.1) **Fixação do Preço de Emissão.** O preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo) por ação foi fixado sem diluição justificada da participação dos atuais acionistas, conforme o critério previsto nos incisos I e II do §1º do art. 170 da Lei das S.A., com base no Laudo de Avaliação emitido por Apis Consultoria Empresarial Ltda., em 11 de maio de 2022. (1.2) **Reserva de Sobras.** A proposta da Proposta da Administração referente à esta Assembleia Geral Extraordinária e previamente disponibilizada aos acionistas na sede da Companhia), no qual ficou constatado que a Companhia possui um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 47.552.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais), além de um valor econômico negativo no montante de R\$ 56.197.000,00 (cinquenta e seis milhões, cento e noventa e sete mil reais). (1.3) **Destinação do Preço de Emissão.** A totalidade do preço de emissão das ações será destinada à conta do capital social da Companhia e os recursos captados serão utilizados para: (a) fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e melhoria dos níveis de liquidez para que a Companhia possa honrar com suas obrigações de curto e médio prazo; e (b) realização de reformas e outros investimentos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. Nenhum valor será utilizado para a formação da reserva de capital social da Companhia, nos termos do art. 182, §1º, alínea "a", da Lei das S.A. (1.3) **Integralização.** As novas ações a serem emitidas no Aumento de Capital serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, mediante transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária da Companhia. As ações referentes ao Aumento de Capital ora aprovado deverão ser emitidas pelo emitente em nome do acionista interessado em subscrição, no prazo de 30 (trinta) dias após o previsto no art. 171, §8º, da Lei das S.A. (1.4) **Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171 da Lei das S.A., cada ação ordinária existente dará ao seu titular o direito de subscrever até 24,9937515621 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem emitidas. (1.5) **Prazo para Exercício do Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171, §4º, da Lei das S.A., o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decenal de 30 (trinta) dias contados da publicação de aviso aos acionistas, a ser publicado em jornal de grande circulação, informando sobre a abertura do prazo para subscrição das ações ordinárias ("Reserva de Sobras"). (1.6) **Forma de Exercício do Direito de Preferência.** O exercício do direito de preferência deverá ser formalizado por meio de assinatura do boletim de subscrição, na forma de minuta constante no Anexo I à presente ata - e que ficará à disposição dos acionistas na sede da Companhia, durante todo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. O boletim de subscrição deverá ser apresentado, durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, em 2 (duas) vias na sede da Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista subscritor, sendo admitida assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, acompanhado de documento de identificação e/ou dos documentos de representação, conforme o caso. A segunda via servirá como protocolo de recebimento e será assinado por um representante da Companhia. (1.7) **Reserva de Sobras.** O acionista subscritor que assim desejar deverá, no ato da subscrição e por meio de indicação no respectivo boletim de subscrição, solicitar reserva de eventuais sobras de ações não subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. (1.8) **Pedido Adicional de Sobras.** Além do número de sobras a que tiver direito, calculado de maneira proporcional aos direitos de preferência efetivamente exercidos, nos termos do art. 171, §7º, "b", da Lei das S.A., o subscritor poderá, no ato da subscrição, solicitar uma quantidade adicional de sobras. (1.9) **Prazo para Subscrição de Sobras.** Findo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, caso apenas parte dos acionistas exerçam seu direito de preferência, restarão, assim, sobras de ações não subscreitas, será divulgado aviso aos acionistas informando sobre abertura de prazo de 7 (sete) dias para subscrição e rateio de sobras. (1.10) **Rateio de Sobras.** Se houver mais pedidos de sobras do que o número total de ações pendentes de subscrição, será realizado rateio proporcional entre os subscritores interessados nas sobras, nos termos do art. 171, §7º, "b", da Lei das S.A. A proporção de sobras a ser alocada no rateio será calculada pela multiplicação (i) do número de ações efetivamente subscreitas pelo subscritor em questão no momento da subscrição, pelo número total de ações efetivamente subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência pelo (ii) resultado da divisão (a) do número total de ações remanescentes disponíveis para serem subscreitas, pelo (b) número total de ações efetivamente subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência por todos os subscritores ainda interessados nas sobras. (1.11) **Frações de Ações.** As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência ou do direito de subscrição de sobras serão desconsideradas. (1.12) **Direitos das Novas Ações.** As ações a serem emitidas no Aumento de Capital farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declaradas pela Companhia após a deliberação do Aumento de Capital. (1.13) **Compromisso de Subscrição e Integralização:** O acionista PCS II Healthcare Fund de Investimento em Participação Multiestratégia ("Fund PCS2") inscrito no CNPJ/MF 44.108.111/0001-91, como já informado à administração da Companhia, apresentou à Mesa manifestação de interesse em subscrever até a totalidade do Aumento de Capital. (1.14) **Alteração do Estatuto Social.** Encerrada a rodada para subscrição de sobras, será convocada uma nova Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para homologar o Aumento de Capital, bem como para aprovar a alteração da redação do caput do art. 5º do estatuto social da Companhia. **Abstenções:** A favor: 100% dos votos. **Contra:** 0 votos. (ii) **Aprovar**, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação do item da ordem do dia acima. **Abstenções:** 0 ações. **A favor:** 100% dos votos. **Contra:** 0 votos. (iii) **Aprovar**, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados à matéria acima. **Abstenções:** 0 ações. **A favor:** 100% dos votos. **Contra:** 0 votos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrada a AG, lavrando-se a Ata, assinada e rubricada pelos membros da Mesa. **Ata:** Victória Vasconcelos Rimbank - Presidente; Maurício Negri Machado Paschoal - Secretário. JUCESP nº 27.675/23-3 em 23/01/2023. Gisela Simiema Escchin - Secretária Geral.

## Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 3530059361

### Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 08 de Maio de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos 08 de maio de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004.

**2. Convocação e Presença:** Conforme disposto no artigo 124, e no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), o edital de convocação foi publicado no "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 21, 22, 23 e 24 (edição conjunta), e de abril de 2023, nas páginas 10, 10 e 06, respectivamente, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 21, 22, 23 e 24 (edição conjunta), 25 e 26 de abril de 2023, nas páginas 02, 01 e 05, respectivamente. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram inicialmente publicados no "Jornal O Dia SP", na edição do dia 03 de março de 2023, na página 16, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", na edição do dia 03 de março de 2023, na página 26, e posteriormente retificados e republicados no "Jornal O Dia SP", na edição do dia 04 de abril de 2023, na página 31, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", na edição do dia 04 de abril de 2023, na página 9. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária foi instalada com a presença de acionistas detentores de ações representando 96,46% do capital social da Companhia, conforme registro de presença que constitui o Anexo I desta ata, bem como a presença do Diretor Financeiro, Sr. Leandro Yasuda Carneira. **3. Mesa:** Presidente: Sérgio Eduardo Marcon Filho; Secretário: Maurício Negri Machado Paschoal. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 17.624.183,05 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.762.418,305 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezoto mil e trezentos e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para a implementação do item (i) da Ordem do Dia; (iii) aprovar a realização da 2ª emissão de debêntures simples, convertíveis em ações, da espécie quinquênaria, e em série única, da Companhia, no valor de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão, a qual será objeto de colocação privada ("Debêntures" e "2ª Emissão", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples - *Non Convertibles* em Ações, da Espécie Quinquênaria, do 1º (Primeira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." ("1ª Emissão"), para prevenir a prorrogação da Data de Vencimento, conforme definido na 1ª Emissão; e (iv) eleger o novo Diretor Financeiro da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos: (i) foi informado aos acionistas que todo o material pertinente à Ordem do Dia da assembleia estava à disposição de todos os acionistas, na sede social da Companhia, desde o dia 2 de outubro de 2023, bem como foi disponibilizado o seu acesso durante o convale, tendo o tempo necessário à sua apreciação e o esclarecimento de dúvidas; e (ii) autorizado pela maioria dos acionistas presentes a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Ao continuar, os acionistas deliberaram por: (i) **Aprovar**, por 99,99% dos votos dos presentes, com voto contrário da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a proposta formulada pela diretoria para aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.624.183,05 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.762.418,305 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezoto mil e trezentos e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,01 (um centavo), conforme Laudo de Avaliação nº AP-0090/23-01 elaborado pela Apis Consultoria Empresarial Ltda., a serem totalmente integralizadas à vista no momento da subscrição, a. **Fixação do Preço de Emissão.** O preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo) por ação foi fixado sem diluição justificada da participação dos atuais acionistas, conforme o critério previsto nos incisos I e II parágrafo 1º do art. 170 da Lei das S.A., com base no Laudo de Avaliação emitido por Apis Consultoria Empresarial Ltda., em 11 de maio de 2022. (1.1) **Reserva de Sobras.** A proposta da Proposta da Administração referente à esta Assembleia Geral Ordinária e previamente disponibilizada aos acionistas na sede da Companhia), no qual ficou constatado que a Companhia possui um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 47.552.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais), além de um valor econômico negativo no montante de R\$ 56.197.000,00 (cinquenta e seis milhões, cento e noventa e sete mil reais). (1.2) **Destinação do Preço de Emissão.** A totalidade do preço de emissão das ações será destinada à conta do capital social da Companhia e os recursos captados serão utilizados para: (a) fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e melhoria dos níveis de liquidez para que a Companhia possa honrar com suas obrigações de curto e médio prazo; e (b) realização de reformas e outros investimentos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. Nenhum valor será utilizado para a formação da reserva de capital social da Companhia, nos termos do art. 182, §1º, alínea "a", da Lei das S.A. (1.3) **Integralização.** As novas ações a serem emitidas no Aumento de Capital serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, mediante transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária da Companhia. As ações referentes ao Aumento de Capital ora aprovado deverão ser emitidas pelo emitente em nome do acionista interessado em subscrição, no prazo de 30 (trinta) dias após o previsto no art. 171, §8º, da Lei das S.A. (1.4) **Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171 da Lei das S.A., cada ação ordinária existente dará ao seu titular o direito de subscrever até 24,9937515621 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem emitidas. (1.5) **Prazo para Exercício do Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171, §4º, da Lei das S.A., o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decenal de 30 (trinta) dias contados da publicação de aviso aos acionistas, a ser publicado em jornal de grande circulação, informando sobre a abertura do prazo para subscrição das ações ordinárias ("Reserva de Sobras"). (1.6) **Forma de Exercício do Direito de Preferência.** O exercício do direito de preferência deverá ser formalizado por meio de assinatura do boletim de subscrição, na forma de minuta constante no Anexo I à presente ata - e que ficará à disposição dos acionistas na sede da Companhia, durante todo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. O boletim de subscrição deverá ser apresentado, durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, em 2 (duas) vias na sede da Companhia, devidamente preenchido pelo acionista subscritor, sendo admitida assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, acompanhado de documento de identificação e/ou dos documentos de representação, conforme o caso. A segunda via servirá como protocolo de recebimento e será assinado por um representante da Companhia. (1.7) **Reserva de Sobras.** O acionista subscritor que assim desejar deverá, no ato da subscrição e por meio de indicação no respectivo boletim de subscrição, solicitar reserva de eventuais sobras de ações não subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. (1.8) **Pedido Adicional de Sobras.** Além do número de sobras a que tiver direito, calculado de maneira proporcional aos direitos de preferência efetivamente exercidos, nos termos do art. 171, §7º, "b", da Lei das S.A., o subscritor poderá, no ato da subscrição, solicitar uma quantidade adicional de sobras. (1.9) **Prazo para Subscrição de Sobras.** Findo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, caso apenas parte dos acionistas exerçam seu direito de preferência, restarão, assim, sobras de ações não subscreitas, será divulgado aviso aos acionistas informando sobre abertura de prazo de 7 (sete) dias para subscrição e rateio de sobras. (1.10) **Rateio de Sobras.** Se houver mais pedidos de sobras do que o número total de ações pendentes de subscrição, será realizado rateio proporcional entre os subscritores interessados nas sobras, nos termos do art. 171, §7º, "b", da Lei das S.A. A proporção de sobras a ser alocada no rateio será calculada pela multiplicação (i) do número de ações efetivamente subscreitas pelo subscritor em questão no momento da subscrição, pelo número total de ações efetivamente subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência pelo (ii) resultado da divisão (a) do número total de ações remanescentes disponíveis para subscrição, pelo (b) número total de ações efetivamente subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência por todos os subscritores ainda interessados nas sobras. j. **Frações de Ações.** As ações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência ou do direito de subscrição de sobras serão desconsideradas. k. **Direitos das Novas Ações.** As ações a serem emitidas no aumento de capital farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declaradas pela Companhia após a deliberação do Aumento de Capital. (1.13) **Compromisso de Subscrição e Integralização da Totalidade das Debêntures:** O acionista PCS II HealthCare Fund de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("ICS II"), como já informado à administração da Companhia, apresentou à Mesa manifestação de interesse em subscrever e integralizar a totalidade das ações objeto da emissão por meio da capitalização dos AFACs celebrados pela Companhia e pelo acionista PCS II. m. **Alteração do Estatuto Social da Companhia.** Encerrada a rodada de subscrição de sobras, será convocada uma nova assembleia geral extraordinária da Companhia para homologar o presente aumento de capital, bem como para aprovar a alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia. (ii) **Aprovar**, por 99,99% dos votos dos presentes, com voto contrário da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, que os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para a implementação do item (i) da Ordem do Dia. (iii) **Aprovar**, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação do item da ordem do dia acima. **Abstenções:** 0 ações. **A favor:** 100% dos votos. **Contra:** 0 votos. (iii) **Aprovar**, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados à matéria acima. **Abstenções:** 0 ações. **A favor:** 100% dos votos. **Contra:** 0 votos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrada a AG, lavrando-se a Ata, assinada e rubricada pelos membros da Mesa. **Ata:** Sérgio Eduardo Marcon Filho - Presidente; Maurício Negri Machado Paschoal - Secretário. JUCESP nº 226.229/23-3 em 01/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27 - NIRE 35.300.419.049

### Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.9.2023

Certidão: Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certificado o registro sob o número 464.226/23-5 em 11.12.2023. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 20.080.672/0001-61 - NIRE 35.300.464.613

### EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 15/09/2023, às 9h, na sede social. **Mesa:** Presidente - Silvia Helena Saraiva Gomes; Secretário - Marcelo Nabih Sallum. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista presença da totalidade dos acionistas. **Deliberações:** aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes matérias: I - (a) O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, foram aprovados, por unanimidade e sem ressalvas; e I - (b) A Sociedade apurou prejuízo líquido, no exercício social findo em 31/12/2022, no importe total de R\$ 2.329.073,38, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados", que somado ao saldo de prejuízo anterior, totaliza o montante de R\$ 67.568.170,23; II - Ratificação a destinação dada ao resultado líquido apurado pela Sociedade no exercício social findo em 31/12/2021, da seguinte forma: A Sociedade apurou prejuízo líquido, no exercício social findo em 31/12/2021, no importe total de R\$ 7.981.408,88, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados", que somado ao saldo de prejuízo anterior, totaliza o montante de R\$ 65.239.104,85; e III - Ratificada a escolha da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. SP, 15/09/2023. Mesa: Silvia Helena Saraiva Gomes - Presidente, Marcelo Nabih Sallum - Secretário. JUCESP - 460.775/23-6 em 05/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTOS BÁSICOS

A Confederação Brasileira de Levantamentos Básicos, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor Julio Cesar Conrado, no uso de suas atribuições, em conformidade com as determinações estatutárias, convoca todas as entidades a ela filiadas, para participarem de assembleia geral extraordinária, que realizar-se-á no dia 27 de janeiro de 2024, às 16 horas, em primeira chamada, com 2/3 das entidades filiadas e às 16:30 horas, em segunda chamada, com as entidades presentes para participarem da reunião, nas dependências do CT THE LIFTERS, sito à Rua da Contagem, 213, sala B, Vila da Saúde, São Paulo-SP, CEP 04146-100, para o fim de **promover:** a) a realização de escrutínio para eleição da Diretoria para o quadriênio 2024/2028; e b) mudança de endereço para a Rua da Contagem, 213, sala B, Vila da Saúde, São Paulo-SP, CEP 04146-100. São Paulo, 22 de dezembro de 2.023. **Eunenes Leite Souza Junior - Presidente.**

### USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73)

#### JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital.

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 523.508, em 27/09/2023, o Requerimento feito por ANETE RICCIARDI, brasileira, separada judicialmente, advogada, RG nº 2.403.196-3-SSP/SP, CPF/ME nº 006.337.578-88, residente e domiciliada nesta Capital, na Estrada de Itapeperica da Serra, nº 6520, casa 122, bairro Parque Fernanda - CEP: 05858-903; e RICARDO DE FARIAS POUSA, brasileiro, solteiro, maior, terapeuta, RG nº 27.258.386-8-SSP/SP, CPF/ME nº 310.509.938-70, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Cristiano Machado, nº 2929, apto. 102, bairro Ipiranga - CEP: 31160-413, objetivando a **USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA DA UNIDADE AUTÔNOMA nº 151** do Edifício Barão de Piracicaba, situado na Rua Barão de Piracicaba, nº 878, no 11º Subdritório - Santa Cecília, objeto da transcrição número 45.403, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "v", que diz: "a **advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anulação ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapão**"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 05 de dezembro de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva). 12 e 27/12/23

# Jornal O DIA SP

## Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/ME nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 3530059361

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Outubro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos 16 de outubro de 2023, às 10h, na sede social da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia" ou "Santa Rita"). **2. Convocação e Presença:** De acordo com o disposto no artigo 124 e no artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o edital de convocação foi publicado no "Jornal O Dia SP", na edição física e digital dos dias 4, 5 e 6 de outubro de 2023. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia Geral Extraordinária foi instalada com a presença de acionistas detentores de ações representando 96,46% do capital social da Companhia, conforme registro de presença que constitui o Anexo I desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Sérgio Eduardo Marcon Filho; Secretário: Maurício Negri Machado Paschoal. **4. Ordem do Dia:** (i) examinar, discutir e votar a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.624.183,05 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.762.418,305 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezoto mil e trezentos e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para a implementação do item (i) da Ordem do Dia; (iii) aprovar a realização da 2ª emissão de debêntures simples, convertíveis em ações, da espécie quinquênaria, e em série única, da Companhia, no valor de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão, a qual será objeto de colocação privada ("Debêntures" e "2ª Emissão", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples - *Non Convertibles* em Ações, da Espécie Quinquênaria, do 2º (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." ("2ª Emissão"), para prevenir a prorrogação da Data de Vencimento, conforme definido na 1ª Emissão; e (iv) eleger o novo Diretor Financeiro da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos: (i) foi informado aos acionistas que todo o material pertinente à Ordem do Dia da assembleia estava à disposição de todos os acionistas, na sede social da Companhia, desde o dia 2 de outubro de 2023, bem como foi disponibilizado o seu acesso durante o convale, tendo o tempo necessário à sua apreciação e o esclarecimento de dúvidas; e (ii) autorizado pela maioria dos acionistas presentes a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Ao continuar, os acionistas deliberaram por: (i) **Aprovar**, por 99,99% dos votos dos presentes, com voto contrário da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a proposta formulada pela diretoria para aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.624.183,05 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.762.418,305 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezoto mil e trezentos e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,01 (um centavo), conforme Laudo de Avaliação nº AP-0090/23-01 elaborado pela Apis Consultoria Empresarial Ltda., a serem totalmente integralizadas à vista no momento da subscrição, a. **Fixação do Preço de Emissão.** O preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo) por ação foi fixado sem diluição justificada da participação dos atuais acionistas, conforme o critério previsto nos incisos I e II parágrafo 1º do art. 170 da Lei das S.A., com base no Laudo de Avaliação emitido por Apis Consultoria Empresarial Ltda., em 11 de maio de 2022. (1.1) **Reserva de Sobras.** A proposta da Proposta da Administração referente à esta Assembleia Geral Ordinária e previamente disponibilizada aos acionistas na sede da Companhia), no qual ficou constatado que a Companhia possui um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 47.552.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais), além de um valor econômico negativo no montante de R\$ 56.197.000,00 (cinquenta e seis milhões, cento e noventa e sete mil reais). (1.2) **Destinação do Preço de Emissão.** A totalidade do preço de emissão das ações será destinada à conta do capital social da Companhia e os recursos captados serão utilizados para: (a) fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e melhoria dos níveis de liquidez para que a Companhia possa honrar com suas obrigações de curto e médio prazo; e (b) realização de reformas e outros investimentos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. Nenhum valor será utilizado para a formação da reserva de capital social da Companhia, nos termos do art. 182, §1º, alínea "a", da Lei das S.A. (1.3) **Integralização.** As novas ações a serem emitidas no Aumento de Capital serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, mediante transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária da Companhia. As ações referentes ao Aumento de Capital ora aprovado deverão ser emitidas pelo emitente em nome do acionista interessado em subscrição, no prazo de 30 (trinta) dias após o previsto no art. 171, §8º, da Lei das S.A. (1.4) **Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171 da Lei das S.A., cada ação ordinária existente dará ao seu titular o direito de subscrever as novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nas proporções atualmente detidas no capital social da Companhia. d. **Prazo do Exercício do Direito de Preferência.** Nos termos do artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das S.A., o direito de preferência para a subscrição das ações deverá ser exercido no prazo decenal de 30 (trinta) dias contados da publicação de aviso aos acionistas, a ser publicado em jornal de grande circulação, informando sobre a abertura do prazo para subscrição das ações ordinárias ("Reserva de Sobras"). (1.6) **Forma de Exercício do Direito de Preferência.** O exercício do direito de preferência deverá ser formalizado por meio do boletim de subscrição na forma da minuta constante no Anexo II da presente ata e que ficará à disposição dos acionistas na sede da Companhia, durante todo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. O boletim de subscrição deverá ser apresentado, durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, em 2 (duas) vias na sede da Companhia, devidamente preenchido pelo acionista subscritor, sendo admitida assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, acompanhado de documento de identificação e/ou dos documentos de representação, conforme o caso. A segunda via servirá como protocolo de recebimento e será assinado por um representante da Companhia. (1.7) **Reserva de Sobras.** O acionista subscritor das ações que assim desejar deverá, no ato da subscrição e por meio da indicação no respectivo boletim de subscrição, solicitar reserva de eventuais sobras de ações não subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência. (1.8) **Pedido Adicional de Sobras.** Além do número de sobras a que tiver direito, calculado de maneira proporcional aos direitos de preferência efetivamente exercidos, nos termos do art. 171, parágrafo 7º, "b", da Lei das S.A., o subscritor poderá, no ato da subscrição, solicitar uma quantidade adicional de sobras. h. **Prazo para Subscrição de Sobras.** Findo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, caso apenas parte dos acionistas exerçam seu direito de preferência, restarão, assim, sobras de ações não subscreitas, será divulgado aviso aos acionistas informando sobre abertura de prazo de 7 (sete) dias para subscrição e rateio de sobras. i. **Rateio de Sobras.** Se houver mais pedidos de sobras do que o número total de ações pendentes de subscrição, será realizado rateio proporcional entre os subscritores interessados nas sobras, nos termos do art. 171, parágrafo 7º, "b", da Lei das S.A. A proporção de sobras a ser alocada no rateio será calculada pela multiplicação (i) do número de ações efetivamente subscreitas pelo subscritor em questão no momento da subscrição, pelo (ii) resultado da divisão (a) do número total de ações remanescentes disponíveis para subscrição, pelo (b) número total de ações efetivamente subscreitas durante o Prazo de Exercício do Direito de Preferência por todos os subscritores ainda interessados nas sobras. j. **Frações de Ações.** As ações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência ou do direito de subscrição de sobras serão desconsideradas. k. **Direitos das Novas Ações.** As ações a serem emitidas no aumento de capital farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declaradas pela Companhia após a deliberação do Aumento de Capital. (1.13) **Compromisso de Subscrição e Integralização da Totalidade das Debêntures:** O acionista PCS II HealthCare Fund de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("ICS II"), como já informado à administração da Companhia, apresentou à Mesa manifestação de interesse em subscrever e integralizar a totalidade das ações objeto da emissão por meio da capitalização dos AFACs celebrados pela Companhia e pelo acionista PCS II. m. **Alteração do Estatuto Social da Companhia.** Encerrada a rodada de subscrição de sobras, será convocada uma nova assembleia geral extraordinária da Companhia para homologar o presente aumento de capital, bem como para aprovar a alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia. (ii) **Aprovar**, por 99,99% dos votos dos presentes, com voto contrário da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, que os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para a implementação do item (i) da Ordem do Dia. (iii) **Aprovar**, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação do item da ordem do dia acima. **Abstenções:** 0 ações. **A favor:**



# Desmatamento na Amazônia registra maior queda do ano em novembro

## Grupo de repatriados da Faixa de Gaza chega a Campinas

Um grupo de 21 pessoas repatriadas da Faixa de Gaza, na Palestina, chegou no final da manhã da terça-feira (26) ao Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP). Eles vieram em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), proveniente de Brasília, onde estavam desde sábado (23), quando chegaram ao Cairo, no Egito.

Esse é o terceiro grupo de pessoas que estava na Faixa de Gaza e foram repatriadas pela Operação Voltando em Paz, do governo federal. O voo partiu às 9h15 de Brasília e chegou em Viracopos às 11h25.

A operação já trouxe a Brasil mais de 1,5 mil pessoas res-

gatadas em 13 voos com passageiros advindos tanto de Israel como da Palestina.

A representação diplomática do Brasil na cidade palestina de Ramala, na Cisjordânia, calcula que ainda há 23 pessoas aguardando aprovação das autoridades para cruzar a fronteira, em Rafah, a divisa da Faixa de Gaza com o Egito.

Ao participar de almoço com os repatriados na última segunda-feira (25), em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que o Itamaraty seguirá trabalhando para repatriar brasileiros e parentes que ainda estejam em Gaza. (Agência Brasil)

## Investimentos no Tesouro Direto somam R\$ 2,88 bilhões em novembro

As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 278,7 milhões no mês de novembro, de acordo com os dados divulgados na terça-feira (26) pelo Tesouro Nacional. Ao todo, foram comprados no mês passado R\$ 2,88 bilhões em títulos da dívida pública brasileira. Os resgates, por sua vez, totalizaram R\$ 2,6 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores segue sendo o Tesouro Selic, que corresponderam a 70,4% do total de compras (R\$ 2,03 bilhões). O interesse por papéis vinculados aos juros básicos ainda é justificado pelo alto nível da taxa Selic.

Em março de 2021, o Banco Central (BC) começou a elevar a Selic. A taxa - que estava em 2% ao ano, no menor nível da história - saltou para 13,75% ao ano. Em agosto deste ano, o BC iniciou o ciclo de redução da Selic, hoje em 11,75%. Mesmo com a expectativa de queda dos juros básicos no próximo semestre, os investidores continuam a comprar esses títulos.

Já os papéis vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) tiveram participação de 19,7% nas vendas, enquanto os prefixados - com juros definidos no momento da emissão - representaram 9,8%.

Criado há um ano, o Título Renda+, papéis de longo prazo voltado aos investidores que buscam incrementar a aposentadoria, teve aporte de R\$ 73,6 milhões em novembro, 2,6% do total para o mês. Já o EducA+, lançado em agosto e voltado a quem deseja financiar estudos futuros, somou R\$ 27,6 milhões em vendas, ou 1% do total.

Mais da metade das vendas (52,9%) se concentraram em títulos com vencimento entre cinco e dez anos. As aplicações em títulos com vencimento acima de

dez anos representaram 11,6%, enquanto os títulos com vencimento de um a cinco anos corresponderam a 35,5% do total, informou o Tesouro Nacional.

### Perfil dos investidores

Quanto ao número de investidores, 414.911 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu 26.606.263, alta de 20,7% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos - com operações em aberto - chegou a 2.443.675 em novembro, com adição de 16.587 investidores.

O Tesouro Nacional destacou que, dos novos investidores cadastrados, 9,8% estão na faixa etária de até 15 anos, o que órgão atribui ao recente lançamento do Tesouro Educa+.

A procura do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 1 mil, que corresponderam a 64,1% do total de 511.148 operações ocorridas em novembro. O valor médio por operação foi de R\$ 5.634,90.

### Fonte de recursos

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas adquirissem títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional - pela internet - sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, os índices de inflação, o câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agência Brasil)

Em novembro, a Amazônia registrou a maior queda na taxa de desmatamento de todo o ano. Levantamento do Imazon, consolidado a partir do monitoramento por satélites, indica que a perda de vegetação foi de 116 quilômetros quadrados (km²), 80% a menos do que a área calculada em 2022, quando atingiu 590 km². Esse também foi o menor patamar de desmatamento alcançado em novembro desde 2017.

No acumulado de janeiro a novembro, o desmatamento teve redução de 62%, passando de 10.286 km² em 2022 para 3.922 km², a menor derrubada para o

período desde 2017. A taxa ainda preocupa, já que representa 1,2 mil campos de futebol de floresta por dia.

O Imazon observa que o Pará, o Amazonas e Mato Grosso são os estados onde há mais casos, quando analisado o período de janeiro a novembro deste ano. Apesar de terem registrado quedas significativas no desmatamento, as três unidades federativas respondem por 74% da área devastada. Rondônia, Acre e Maranhão também registraram redução. Além disso, a organização constatou aumento no desmatamento em três estados: Amapá (240%), Tocantins

(33%) e Roraima (27%).

O Imazon também acompanha os avanços ou recuos relacionados à degradação florestal provocada por queimadas ou pela extração madeireira, além dos índices de desmatamento, ou seja, a perda total da vegetação nativa. Em novembro, pelo segundo mês consecutivo, a degradação teve aumento na Amazônia, passando de 739 km², em 2022, para 1.566 km², este ano. Uma alta de 112% de um ano para o outro.

O estado mais afetado pela degradação foi o Pará, que concentrou 70% desse dano ambiental em novembro, seguido de

Maranhão (12%), Amazonas (8%), Mato Grosso (6%) e Rondônia (4%). Ao longo do ano, também houve aumento na degradação em fevereiro, março, maio e outubro.

De janeiro a novembro, a degradação também diminuiu. O dano ambiental passou de 9.127 km², em 2022, para 5.042 km², em 2023, uma redução de 45%. Nesse caso, a redução foi menor do que a do desmatamento. O fator a que se atribui a queda foram as queimadas no Amazonas e Pará, que alarmaram todo o país, já que a fumaça chegou densa a municípios como Manaus e Santarém. (Agência Brasil)

## Disputa sobre Marco Temporal colocou Congresso e STF em lados opostos

Em um ano de seca na Amazônia, temperaturas extremas, fome e desnutrição de populações indígenas, o Brasil discute a redução das demarcações das terras indígenas. A tese do marco temporal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda assim, deputados e senadores a aprovaram no Congresso Nacional.

"Todo dia é dia de luta, é todo dia, não tem um dia que a gente está tranquilo, que a gente está bem. Todo dia a gente tem violações de direitos. E trabalhar sim, é cansativo, sim, mas a gente continua na resistência. Nós já fomos resistentes por mais de 500 anos, vamos continuar na resistência", diz a advogada indígena e assessora jurídica da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coi-ab) Cristiane Baré. Ela foi uma das juristas a fazer a sustentação oral contra o marco temporal no Supremo Tribunal Federal, em 2021.

Pela tese do Marco Temporal, os indígenas só terão direito ao território em que estavam na promulgação da Constituição, em outubro de 1988. "Não faz sentido, porque nós somos os habitantes desse país, somos os primeiros habitantes originários dessa terra. Quando houve a in-

vasão do Brasil, nós estávamos aqui. Trazer um marco é querer se desfazer de tudo que aconteceu, com violações de direitos que ocorreram desde a invasão, as retiradas forçadas dos povos indígenas, o processo de violências que foram sofridas", afirma a advogada.

Em 21 de setembro deste ano, o Supremo Tribunal Federal invalidou a tese, que entendeu ir contra o que prevê a Constituição brasileira. Mas a Câmara e o Senado aprovaram um projeto de lei 8 dias após para incluir a tese do marco temporal em lei federal. Em outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou parcialmente o projeto aprovado no Legislativo, argumentando que a tese já havia sido considerada inconstitucional. O Congresso, no entanto, derrubou os vetos do presidente.

Após a derrubada de vetos, tanto organizações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) quanto o próprio governo, começaram a elaborar recursos para serem analisados pelo STF.

Para grupos favoráveis ao marco temporal, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sem o marco temporal cria-se uma insegurança jurídica com a possibilidade de

"expropriar milhares de famílias no campo, que há séculos ocupam suas terras, passando por várias gerações, que estão na rotina diária para garantir o alimento que chega à mesa da população brasileira e mundial", argumenta a entidade em nota após a decisão do STF.

### Próximos passos

Segundo o professor adjunto de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Wallace Corbo, agora o Brasil tem uma lei que contraria o que diz a Constituição, e que tenta atingir fatos que são anteriores à lei, ou seja, hoje os povos indígenas têm direito às suas terras independentemente do momento em que ocuparam.

"A gente tem, ao mesmo tempo, uma lei que diz o contrário do que diz a Constituição e a gente tem uma lei que tenta retroagir para tentar atingir atos jurídicos que já são perfeitos. Quais são esses atos? O direito adquirido dos povos indígenas às suas terras", explica.

Diante dessa situação, de acordo com Corbo, haverá a necessidade de que, mais uma vez, haja uma declaração de inconstitucionalidade dessa lei que pode vir do STF ou pode vir de qualquer juiz que venha a averiguar

um processo demarcatório.

"Tanto nos processos demarcatórios que tenham sido judicializados, nas ações que já estão em curso, qualquer juiz e qualquer tribunal pode declarar que essa lei é inconstitucional para defender os direitos dos povos indígenas naqueles processos", avalia.

O professor diz que a lei já nasce inconstitucional, no entanto, legalmente, o STF pode chegar a uma posição diferente. "Sempre pode haver agentes políticos, econômicos, sociais, que podem buscar pressionar o tribunal a chegar a uma conclusão contrária. Agora, não é esperado que o STF chegue a uma posição diferente da que ele chegou há poucos meses. Então, é esperado que não haja percalços, que haja uma reafirmação do STF do que ele já decidiu recentemente".

Segundo a Fundação Nacional do Povos Indígenas (Funai), as 736 terras indígenas registradas representam 13% do território brasileiro, o que totaliza aproximadamente 117 milhões de hectares. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem quase 900 mil indígenas, distribuídos em 305 etnias. (Agência Brasil)

## Paraná incentiva startups e pequenas empresas inovadoras

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), investe para fomentar o empreendedorismo inovador. Entre as ações, criou em 2023 um programa de incentivo às startups paranaenses, além de financiamentos através da Fomento Paraná com juro zero para micro e pequenas empresas voltadas a soluções, produtos e negócios criativos.

O Inova Juro Zero busca facilitar o acesso a financiamentos para microempresas do ramo de inovação, dentro das linhas de crédito da Finep, empresa pública vinculada ao governo federal.

O programa conta com suporte do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (Fime-PR), desenvolvido a partir da implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com objetivo de promover um ambiente favorável aos pequenos negócios.

Por meio do Fime-PR é pos-

sível reduzir a zero as taxas para empresas de micro e pequeno porte - com faturamento até R\$ 4,8 milhões ao ano - que posuam pelo menos 24 meses de faturamento fiscal declarado. O limite disponível é de até R\$ 500 mil para a condição de juros zero. Para o crédito acima desse valor, até o limite da capacidade do tomador, incide a taxa normal, de 0,5% ao mês.

Atualmente, o volume de crédito para inovação em análise na Fomento Paraná é de aproximadamente R\$ 77 milhões, envolvendo 29 projetos. O número é quatro vezes superior ao que a Fomento Paraná registrava no início de junho, antes de apresentar o Fime-PR em parceria com a Secretaria de Inovação.

Com o primeiro edital lançado em agosto, o programa Paraná Anjo Inovador é o maior projeto do Brasil de incentivo financeiro público destinado às startups, com um subsídio de R\$ 20 milhões para alavancar os projetos de modernização do

Estado.

Segundo o levantamento mais recente do Sebrae, o Paraná possui de 2.205 startups. O programa tem como objetivo de estimular a cultura de inovação, com projetos que melhorem a qualidade de vida das pessoas, alinhando o benefício para a população e o empreendedorismo criativo.

Na primeira fase foram 72 projetos aprovados. Cada um vai receber o aporte financeiro de até R\$ 250 mil para executar e desenvolver produtos, serviços e processos inovadores nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura e Gestão Pública. Os projetos deverão ser executados em um período de até 24 meses.

Os valores não utilizados na primeira etapa serão somados ao subsídio do próximo edital, que será ainda mais amplo, com valor total a ser definido e lançamento previsto para início de 2024.

A SEI, em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnolo-

gia e Ensino Superior (SETI), também deu início à elaboração da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (Pecti), documento que servirá como base para o desenvolvimento de ações e a criação de programas e projetos do Estado nos próximos anos.

O objetivo é criar um material colaborativo e acessível, que atenda as demandas da sociedade nas áreas da ciência, tecnologia e inovação e defina as diretrizes que vão orientar a política pública.

Em outubro as duas secretarias abriram uma consulta pública para receber contribuições dos cidadãos paranaenses sobre a PECTI. Foram mais de 40 contribuições em dois meses.

Entre os eixos temáticos estão pesquisa científica, infraestrutura, inovação, empreendedorismo, transformação digital, fomento à cultura, internacionalização de negócios, integração entre setor acadêmico e empresarial, incentivos para cursos e formação. (AENPR)

## Bacia Amazônica registra menores volumes de chuva em mais de 40 anos

Em 2023, todos os 9 países da Bacia Amazônica registraram os menores volumes de chuva, em mais de 40 anos, para os meses de julho a setembro. De acordo com pesquisa recente do Centro Científico da União Europeia, o quadro afetou os rios e a biodiversidade, especialmente nas cabeceiras dos rios Solimões, Purus, Juruá e Madeira, todos na região centro-sul do estado do Amazonas, até os países mais ao sul da floresta, Peru e Bolívia.

No Amazonas, por exemplo, as chuvas variaram de 100 a 350 milímetros abaixo do normal, o que corresponde a cerca da metade do esperado para a região.

O estudo do Centro Científico da União Europeia também confirmou que, de agosto a novembro, uma série de ondas de calor elevou a temperatura para uma marca recorde nessa época do ano. As máximas nesses meses ficaram de 2 graus Celsius (°C) a 5°C acima da média histórica.

Segundo o boletim de estiação mais recente, divulgado pelo governo do Amazonas, no último sábado (23), todos os 62 municípios do estado continuam em situação de emergência, sendo mais de 630 mil pessoas afetadas pela seca até o momento.

Entre os principais problemas agravados pelo clima deste ano, o centro científico aponta: o perigo à vida dos animais, o aumento do risco de incêndio e os níveis fluviais mais baixos, que de-

safiam a mobilidade nas comunidades ribeirinhas e o acesso a bens essenciais.

O estudo da União Europeia ainda sugere a necessidade de uma resposta regional abrangente, para além das fronteiras nacionais. As previsões indicam que as condições mais secas e quentes devem prosseguir em 2024, principalmente por causa da continuidade do El Niño, que é o aquecimento das águas do Oceano Pacífico. (Agência Brasil)

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.

**AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**

cenp ANU abra adjorior